



Servidores da Funasa realizam ato religioso em agradecimento à não extinção do órgão

Os servidores da Funasa no Maranhão, realizaram hoje, 02, uma Missa em Ação de Graças pela não extinção do órgão.

O ato religioso aconteceu no auditório da Funasa Apicum e contou com a participação maciça da categoria.

Os servidores da Funasa passaram por muitas aflições desde a edição da Medida Provisória 1156, em 2 de janeiro, que previa a extinção do órgão.

Tão logo as entidades sindicais tomaram conhecimento do teor da MP 1156, as mobilizações foram arquitetadas e uma força tarefa foi instituída para tratar diretamente do tema.

A luta foi árdua e após 120 dias os servidores da Funasa em todo o Brasil comemoram a decisão do Congresso Nacional que retirou a extinção da Funasa do texto da Medida Provisória 1154/23 que reorganiza os ministérios do governo Lula.

A extinção do órgão havia sido assinada em MP no primeiro dia de governo e foi dada como certa chegando a ser apagado o nome da fundação da sede em Brasília por ordem do ministro das Cidades.

Com a retirada da extinção da Funasa do texto da MP 1154/23, o Congresso abre caminho para o debate urgente e necessário de reestruturação do órgão, luta encampada desde o primeiro momento pela catego-

ria.

Criada, em 1991, a Funasa foi concebida para agir, dentro do Sistema Único de Saúde, como um braço operacional para ações como saneamento para prevenção em saúde e saneamento ambiental. Herdou as funções e os funcionários das antigas Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp) e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, a Sucam.





CUT e demais centrais entregam proposta para direitos de trabalhador por aplicativo

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, participou na manhã desta quinta-feira (1º), em Brasília, da reunião das centrais sindicais e entidades que representam trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho e sua equipe. No encontro, foi apresentada a proposta com 12 diretrizes para regulamentar o trabalho da categoria.

Assinada pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, Pública, CSP-Conlutas e Intersindical Central da Classe Trabalhadora, as propostas, segundo Sérgio Nobre, são resultado de ampla audiência e diálogo com representantes dos trabalhadores por aplicativos, em todo o Brasil, e serão levadas ao Grupo de Trabalho criado pelo governo Lula, que terá início oficial na próxima segunda-feira (5), após várias reuniões preparatórias. O GT será responsável por apresentar proposta de regulamentação das atividades executadas por aplicativos, previsto no Decreto nº 11.513.

O objetivo das propostas que serão debatidas no GT, afirma o presidente nacional da CUT, é acabar com a precarização dos trabalhadores e trabalhadoras dessa categoria, hoje totalmente desprotegida.

“Nossa luta é garantir que tenham condições de trabalho decente, vencer esse desafio é muito importante para a nossa Central e isso não é de agora”, disse Sérgio Nobre. O presidente da Central lembrou que antes mesmo da pandemia de Covid-19, quando o trabalho por aplicativo teve papel essencial à população, a CUT aprovou resolução no seu 13º Congresso Nacional, em 2019, para lutar pela regulamentação e proteção da categoria, que foi ainda mais precarizada durante o governo anterior.

Com a eleição do governo democrático de Lula, essa luta ganhou ainda mais corpo e tomará forma para ser aprovada no Congresso Nacional. “É indigno como esses trabalhadores atuam de forma precária, desprotegida, sem sindicato e sem direitos. Isso é inadmissível, é um crime no Brasil, que precisa acabar”

O que fortalece aqui na mesa é debater os direitos dos trabalhadores, é aquilo que o presidente Lula apresentou na campanha”, destacou o presidente nacional da CUT.

Sérgio Nobre pontou ainda a necessidade de se pensar numa estratégia de articulação para a construção de um possível Projeto de Lei, que

surgirá a partir do GT.

“A avaliação nossa é que a possibilidade de aprovação de proteção do trabalhador com esse Congresso é muito difícil. Muita coisa da proteção, que, inclusive, é conquista dos sindicatos, a gente poderia universalizar como outro instrumento, como um contrato nacional fechado com as empresas, um acordo marco regulatório das relações e que não tenha que passar pelo Congresso. Isso é algo que deveríamos considerar na nossa estratégia”, afirmou Sérgio Nobre.

O ministro do Trabalho e Emprego Luís Marinho, destacou que a instalação do GT é parte do processo de reconstrução do Brasil, projeto de governo defendido pelo presidente Lula desde a campanha eleitoral de 2022.

“Estamos fazendo um grande esforço em um processo de reconstrução do país, que passou um período de verdadeiras trevas e desmonte. Por isso, precisamos reconstruir as relações do trabalho e o papel dos sindicatos. Esse debate aqui faz parte da reconstrução do Brasil que queremos, e vocês [trabalhadores] são protagonistas”, disse.

Fonte: CUT